

DAWSON, Christopher. *Criação do Ocidente: a Religião e a Civilização Medieval*. Trad. Maurício G. Righi. São Paulo: É Realizações, 2016, 296p. ISBN: 978-85-8033-239-1.

Após *A formação da cristandade* (2014), igualmente publicada pela É Realizações, o mercado editorial se enriquece, pela pena de Christopher Dawson, com mais uma obra sobre o progresso e o desenvolvimento da civilização ocidental no âmbito religioso. Galês e católico convertido do Anglicanismo, o Autor é considerado um dos historiadores mais influentes do século XX. A obra conta ainda com uma apresentação do tradutor e um prefácio de Rembert G. Weakland, OSB, Arcebispo emérito de Milwaukee.

Os doze capítulos são baseados em palestras realizadas por Dawson na Universidade de Edimburgo, entre 1948-1949, e transcritas em forma cronológica. Contudo, o livro não logrou evitar repetições de ideias ao longo do texto, como é normal na forma oral.

A convicção precípua da obra é enunciada logo na introdução, a saber, toda cultura possui um princípio religioso, pois “as grandes religiões são como caudalosos rios de tradição sagrada” (p. 34), capazes de irrigar e fertilizar diferentes cenários históricos durante séculos. Já o seu objetivo pode ser resumido com as próprias palavras do Autor: “O que pretendo fazer é estudar as fases iniciais do desenvolvimento do Ocidente, a fim de avaliar em que medida a formação

cultural da Europa ocidental esteve condicionada por fatores religiosos, [...] e as relações entre religião e cultura” (p. 47). Com esse enfoque, a Idade Média é analisada em perspectiva ampla desde o seu nascedouro até o seu ocaso.

Para o historiador britânico, “qualquer estudo sobre religião que ignore a experiência interna de nosso passado cristão, contentando em se fixar, exclusivamente, nas remotas e parcialmente incompreensíveis evidências derivadas do estudo de outras tradições religiosas, [...] estará fadado a se tornar incompleto, pueril e irreal” (p. 34). Em suma, assumindo para si as palavras de Lord Acton, assegura que “a religião é a chave da História” (p. 37).

Mais adiante, Dawson comenta as raízes religiosas e culturais do Ocidente, sobreviventes às ruínas do Império Romano. Sapiencialmente, a Igreja, “portadora e representante de uma civilização superior” (p. 51), preencheu o vácuo caótico criado pelo crepúsculo da Roma Imperial, assolada por hordas bárbaras, as quais acabaram convertendo-se ao Catolicismo. Assim, assumindo “a função de tutora e legisladora dos novos povos” (idem), a Igreja proporcionou que os padres latinos – Ambrósio, Agostinho, Leão Magno e Gregório Magno – se tornassem os verdadeiros fundadores da

cultura ocidental. Suas doutrinas, com efeito, unificaram os povos e vincaram uma nova mentalidade para os tempos vindouros. Despontava assim a Europa nos contornos hoje conhecidos.

Notável ponto de inflexão é o contraste entre dois mundos, o Império Romano decadente e a nascente Era Medieval. Os Apóstolos de Cristo eram “homens que viraram o mundo de ponta-cabeça ao proclamar outro tipo de rei, muito diferente de César – Jesus. [...] Como os fundadores da segunda Roma, São Pedro e São Paulo haviam substituído Rômulo e Remo, e a cidade se tornou *Urbs sacerdotalis et regalis*, o centro do mundo cristão” (p. 53). Aquele envelhecido Império, que “nafragara pelo peso de suas próprias crueldades” (p. 60), foi então suplantado pelo reino da graça. Dawson ainda destaca as antípodas das mentalidades romana e cristã, o florescimento do Medievo a partir da conversão de muitos chefes bárbaros (como Clóvis, em 496), a formação da liturgia e a ação missionária realizada pelos monges, os novos “apóstolos do Ocidente e os fundadores da cultura medieval” (p. 69).

O terceiro capítulo aborda a crucial ação evangelizadora dos monges e a formação da Tradição Ocidental. Dawson argumenta que o monasticismo foi “a mais típica instituição cultural de todo esse período” (p. 71), exercendo forte influência entre os povos: “Os ascetas passaram a chamar a atenção do mundo cristão e começaram a

tomar a posição que os mártires tinham anteriormente ocupado, como testemunhos vivos da fé e da ordem sobrenatural” (p. 72).

Nessa fase, a vida monástica ocidental não se diferenciava tanto da oriental, embora fosse portadora de “outra dinâmica, destinada a socializar o ideal de vida monástica no Ocidente, transformando-o em grande instituição cultural” (p. 73). Na prática, o claustro se tornou mais eficaz do que a vida solitária nos desertos. Nessa esteira, os monges formaram “um modo de vida regulado, até os mínimos detalhes, por uma regra de conduta que tomava o lugar do costume social e da lei secular” (p. 74), marcada pela Regra de São Bento, “essencialmente social e cooperativa; ‘a escola onde servimos o Senhor” (p. 75).

O monasticismo influenciou as elites – muitos homens e mulheres de sangue real adotaram a vida religiosa – e assumiu o papel de liderança no campo cultural (p. 79). As terras, outrora abandonadas, passaram a ser cultivadas e o latim tornou-se língua franca (além de “sagrada” pelo uso litúrgico). Os monges celtas tiveram preponderante papel nessa formação, instituindo, por exemplo, a confissão auricular (antes apenas pública), além de tornarem-se modelos de impulso missionário e cultural. Os mosteiros passaram a ser, então, centro da cultura medieval até o surgimento das comunas nos séculos XI e XII (p. 92). Também foram responsáveis pelas reformas

eclesiásticas e litúrgicas dos tempos carolíngios.

Durante a chamada “Idade das Trevas” – expressão depreciativa, hoje anacrônica, mas então utilizada por Dawson para referir-se à primeira fase do Medievo – a monarquia se associou à Igreja, formando uma espécie de teocracia, refletida nos rituais de coroação. A cristandade era concebida como a “máxima unidade social”, e o governante, o “chefe divinamente designado do povo cristão” (p. 110). Ademais, os delegados imperiais da era carolíngia eram compostos por “membros leigos e eclesiásticos em número igual” (p. 111).

O capítulo quinto versa em específico a respeito da sobrevivência do ideal cristão, ameaçado pelo declínio do Império Carolíngio. Em meio aos ataques bárbaros, mosteiros e igrejas eram destruídos, cidades devastadas e a cultura posta à prova. Dawson reputa que a resistência da cristandade a essas ameaças vandálicas “tem mais direito de receber o nome de cruzada que as próprias Cruzadas” (p. 121). Por outro lado, apesar da conversão da Hungria, da Polônia e da Rússia, a Europa ainda permaneceu pagã em muitos territórios, em parte por influência dos vikings, ao norte. Mais tarde, com a conversão de reis, como Olavo, o Santo, na Noruega, o Cristianismo também penetrou em regiões setentrionais, promovendo a unidade nacional, a cultura e integrando

a predisposição dos nórdicos para o heroísmo ao espírito religioso.

A seguir, Dawson trata da tradição bizantina e da conversão da Europa Oriental, considerada promotora de uma “segunda cristandade”. Esse imenso território, desprovido de fronteiras naturais ao leste, manteve certa unidade, pois os povos daquelas estepes se relacionavam “desde tempos imemoriais” (p. 139). Todavia, o Império Bizantino se confrontava constantemente com os reinos bárbaros asiáticos. Notáveis figuras das atividades religiosas nessa região foram São Cirilo e São Metódio, precursores da escrita, da liturgia e da literatura eslavo-cristã. Essa nova sociedade do leste europeu, “da Escandinávia à Crimeia e do Danúbio ao alto Volga, [...] constituía uma ilha em meio a um mar de paganismo e barbarismo, entre os nômades turcos das estepes e as tribos finlandesas das vastas florestas do norte” (p. 154). O Cristianismo nessas paragens sobreviveu graças à desmedida força espiritual de seus protagonistas.

Dawson dedica um capítulo à reforma da Igreja no século XI. Com a crise do Império Carolíngio, houve um esforço de reestruturação no intuito de estabelecer “as fundações do novo movimento de reforma espiritual, o qual transformaria a Igreja medieval a partir dos novos mosteiros fundados por príncipes feudais e nobres convertidos, como foi o caso de Cluny, na Burgúndia (910); Brogne e Gorze, na Lorena; e

Camaldoli, na Toscana” (p. 159). Sob o amparo da teologia e da filosofia da história de Santo Agostinho, os monges perceberam o papel da graça divina no curso dos acontecimentos, retornando à tradição para tornar a Igreja mais dinâmica sob bases sólidas. Sob o pálio do conceito agostiniano das duas cidades, Santo Odo, segundo abade cluniacense, sublinha a irrevogável guerra entre os filhos de Abel e os filhos de Caim até o fim dos tempos.

A influência dos monges reformadores superou o silêncio dos claustros. Fiéis na obediência a Roma, a sua relação hierárquica com reis, bispos e nobres parecia por vezes se inverter, ao ponto de Santo Abbo de Fleury reputar-se, jocosamente, “mais poderoso que o rei dos francos” (p. 162). Ademais, novos mosteiros floresceram “como pacificadoras ilhas de vida espiritual em meio ao revolto oceano de anarquia feudal” (p. 163). Na perspectiva de Dawson, tudo isso se deve a um “espírito profético” que inspirou os movimentos reformistas, “permitindo que adquirisse a energia espiritual e o prestígio moral para transformar a cultura medieval durante o período decisivo de seu desenvolvimento” (p. 177).

O capítulo oitavo intitula-se: *O mundo feudal: cavalaria e cultura de corte*. No século XI, o movimento de reforma dinamiza o espírito guerreiro dos bárbaros para a cultura da cavalaria e da fé cristã, propiciando a consolidação dos estados feudais, expandindo-

se por todo o Ocidente. Formou-se o cavaleiro, símbolo de lealdade à Igreja e à sociedade, bem retratado pelas recém-criadas canções de gesta. O foco dessas poesias épicas estava na idealização da “guerra do cristão contra o infiel” (p. 185) e o seu patriotismo possuía “um caráter acentuadamente religioso em vez de político” (idem). Com efeito, considerava-se que “o cavaleiro que morre em batalha pela fé não é apenas um herói, mas um mártir” (idem), ao passo que “o antigo costume bárbaro de lealdade pessoal ao líder guerreiro foi reforçado por uma poderosa ética religiosa, e o cavaleiro finalmente tornava-se consagrado, jurando não apenas lealdade a seu senhor, mas colocando-se como defensor da Igreja, da viúva e do órfão” (p. 186). Nos templários, “os ideais religiosos de uma cavalaria cristã encontraram sua expressão mais completa” (p. 190).

Nessa altura surge o amor cortês, em divergência ao ideal de austeridade disciplinada pregado por São Bernardo ou à cavalaria em si, por seu mundanismo e hedonismo: “Amor e honra, riqueza e liberalidade, beleza e alegria – estes eram os verdadeiros fins da vida, em comparação com os quais as alegrias do céu e as dores do inferno se tornavam pálidos e nebulosos. Assim, a cultura de corte foi uma espécie de anticruzada” (p. 195-196).

Outro fenômeno importante na cultura ocidental foi a formação da cidade medieval e suas implicações.

Como os mosteiros, as cidades tornaram-se “oásis de segurança e paz em meio a um mundo onde grassava a guerra e a insegurança” (p. 202-203). Nesse período apareceram também as comunas – associações defensoras da paz e da liberdade comum – e as cidades-Estado da Itália, como Veneza, Pisa e Gênova.

O estilo gótico, com suas grandes catedrais, transformou o panorama cívico e arquitetônico da Europa; nelas orbitava a vida social, à maneira dos templos da Antiguidade. No plano econômico foi significativa a instituição das guildas de artesãos. Toda essa organização “tornou a cidade medieval [...] a mais completa expressão dos ideais sociais da Idade Média, como podemos atestar em sua forma mais altamente desenvolvida: nos escritos de Santo Tomás de Aquino e de seus contemporâneos” (p. 212).

A liberdade era entendida como expressão da participação dessas cidades livres, com harmonização dos âmbitos seculares e religiosos e inéditas manifestações artísticas. Surgem ainda as universidades, as ordens mendicantes e a expansão do sistema de Estados, sempre sob o amparo do conúbio fé e razão: “Como Santo Tomás de Aquino demonstrou, é possível incorporar o materialismo orgânico da política aristotélica ao misticismo orgânico da visão cristã de sociedade, mas apenas sob a condição de o próprio Estado ser reconhecido como um organismo da

comunidade espiritual e não como um fim soberano da vida humana” (p. 219).

O capítulo décimo se dedica às instituições de ensino medievais. Entre os autores destacados do séc. XII, menciona-se João de Salisbury, erudito britânico que criticou o “intelectualismo estéril” e a “visão filistina de educação como preparação utilitarista para uma carreira profissional de sucesso” (p. 227). Fiel à Escola de Chartres, uma espécie de protouniversidade, uniu-se ele a grandes nomes como Bernardo, Thierry e Guilherme de Conches. Ao mesmo tempo, formaram-se as universidades, com destaque para a de Paris, “a capital intelectual da cristandade” (p. 228). Já Bolonha, mais laical, tornou-se meta para o estudo do direito (civil e canônico), além de exercer marcante influência sobre o papado (fato lamentado por São Bernardo e mais tarde por Roger Bacon e Dante). É inegável, porém, a influência dos canonistas bolonheses na teoria de administração pública e eclesiástica.

Da universidade parisiense despontaram alguns dos maiores escolásticos, como São Boaventura e São Tomás de Aquino. Todavia, eram criticados pelos humanistas pelo suposto “mau latim” e um “degenerado aristotelismo ‘infestado de vermes’”. A tradição romana, observa Dawson, foi indispensável para conservar o sentido do “valor da disciplina, da lei e da autoridade” (p. 233). Já a prática da dialética (lógica) converteu a Europa

na herdeira da inteligência crítica dos gregos: “Nada, dizia Roberto de Sorbonne, pode ser conhecido perfeitamente antes de ter sido ruminado pelos dentes da *disputatio*” (idem).

Salerno foi um centro de estudos de medicina e Toledo fundou uma importante escola de tradutores, permeando a transmissão de textos de Aristóteles e seus comentaristas numa velocidade jamais vista. Note-se que quando Dawson fala de *Categorias* de Pedro Lombardo provavelmente se refira às *Sentenças* (p. 236), o mais usado manual de teologia da época. A *Divina Comédia* é considerada como “a mais alta realização literária da Idade Média”, e a escolástica, uma estrutura eficaz da divina ciência. Lutero, por sua vez, criticará os filósofos medievais por traírem a verdade evangélica pelos vãos enganos de Aristóteles.

O historiador britânico esclarece que a síntese intelectual do século XIII não contradisse os séculos antecedentes; antes, foi o seu coroamento. A recém-fundada Ordem dos Pregadores recebeu as bênçãos papais, por sua adesão à legislação conciliar, além de constituir um bloco coeso para a formação de teólogos. Com efeito, já na segunda metade do século XIII, os dominicanos – entre os quais Alberto Magno, aqui traduzido por Alberto, o Grande (p. 239) – e os franciscanos conquistaram cátedras nas mais importantes universidades, gerando épicos conflitos com os mestres seculares.

O século XIII proporcionou um ambiente bastante propício para a Igreja, para a filosofia – com “grandes catedrais de ideias” e pleno desenvolvimento das universidades – e para os Estados na Europa (ao contrário do que ocorria na Ásia, foram preservados de ataques externos).

O Autor também acerta ao apontar que há pouca ênfase nos estudos medievais sobre a reforma religiosa do século XI. Por outro lado, vale observar que essa decalagem foi bastante diminuída desde a publicação do livro em 1950.

O ápice do movimento de renovação foi alcançado pela expansão de Cluny e seus mais de oitocentos mosteiros afiliados, sob a regência do abade São Hugo (1049-1109). Já o século sucessivo pode ser considerado “uma espécie de era de ouro do catolicismo medieval – a era de Santo Anselmo e de São Bernardo, a era das Cruzadas e das catedrais, das novas ordens religiosas e das novas escolas” (p. 248).

Dawson também evidencia a fusão dos ideais dominicano e franciscano (o caráter mendicante e missionário, atuação como emissários do papa e a dedicação ao ensino), o que não impediu, de qualquer forma, a famosa rivalidade entre as ordens. Junto com as universidades, os frades marcaram o ponto auge de uma “unidade internacional suprapolítica, a qual sempre fora o ideal da cristandade medieval” (p. 260).

No final da Idade Média, o papado perdeu as rédeas do movimento de reforma. Com efeito, nessa fase, “os reformadores se caracterizaram como antipapistas em espírito” (p. 261). O movimento das cruzadas também entrou em derrocada. A explicação geral de Dawson é muito lúcida: “Por três séculos, o desenvolvimento da Europa Ocidental fora centrípeto, em direção à união da cristandade e à criação de uma síntese intelectual e espiritual. A partir da segunda metade do século XIII, esse movimento é revertido; inicia-se um processo centrífugo, que continuará a agir por toda a baixa Idade Média até culminar na extrema divisão religiosa e nas mudanças sociais do século XVI” (p. 262).

O último capítulo, à guisa de conclusão, trata do ocaso do período medieval, que resguardou, apesar de tudo, resquícios dos ideais religiosos da época áurea. Por exemplo, D. Henrique, o Navegador, planejou viagens de descoberta inspirado no caráter religioso das cruzadas, e o poema de William Langrand, da segunda metade do século XIV, representou, para Dawson, “a última e mais radical expressão do ideal medieval de união entre religião

e cultura” (p. 267). Talvez essa opinião fosse mais precisa se circunscrita apenas ao âmbito inglêes.

O apêndice *Observações sobre a Arte Medieval* repassa diversos momentos da cultura artística no período. A última figura destacada é precisamente a do infante D. Henrique, considerado “o último dos cruzados e o primeiro dos navegadores [...], um príncipe cruzado no estilo de São Luís – devoto, casto e asceta – e chefe de uma ordem militar sob a bandeira cruzada” (p. 277-278). Com efeito, foi sob o estandarte dessa descendente dos templários, a Ordem de Cristo, da qual foi grão-mestre, que várias terras além-mar foram conquistadas, com destaque para o Brasil. Que frutos serão colhidos dessa semente tardia da cristandade medieval plantada nos trópicos? O certo é que aquela civilização nascida do sangue do Redentor jamais perecerá, por sua intrínseca união com a Igreja, cuja perpetuidade foi prometida por Ele mesmo.

Felipe de Azevedo Ramos, EP
(Professor – IFAT)